

2018

Orçamento Municipal



Município de
**SEVER DO
VOUGA**

Índice

1.	Introdução.....	5
1.1.	Enquadramento normativo	5
1.2.	Enquadramento geral.....	5
1.3.	Normas de execução orçamental e responsabilidades contingentes.....	6
1.4.	Princípios orientadores	6
1.5.	Estrutura do orçamento.....	7
1.6.	Apresentação geral do orçamento.....	7
1.7.	Orçamento da Assembleia Municipal.....	10
1.8.	Entidades participadas	11
1.9.	Orçamento participativo	11
1.10.	Assembleia Jovem	12
2.	Orçamento da Receita.....	13
2.1.	Receitas Correntes	15
2.2.	Receitas de Capital e Outras Receitas	18
2.3.	Conclusões.....	19
3.	Orçamento da Despesa	21
3.1.	Despesas Correntes.....	22
	Despesas com Pessoal	22
	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	23
	Aquisições de bens	23
	Aquisições de serviços	24

Encargos Correntes da Dívida	24
Transferências Correntes	24
Outras Despesas Correntes	25
3.2. Despesas de Capital	26
Investimento	27
Educação.....	30
Cultura, Desporto e Tempos Livres.....	31
Ação Social.....	31
Saúde	32
Habitação e Urbanização	32
Habitação	32
Planeamento Urbanístico	33
Iluminação pública	33
Urbanização	33
Saneamento e Salubridade.....	34
Rede de esgotos	34
Resíduos sólidos	34
Cemitérios.....	34
Proteção Civil	34
Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público.....	35
Água	35
Turismo.....	35

Áreas de Acolhimento Empresarial e Incubadoras Estabelecimentos Industriais	36
Comunicações e Transportes	36
Rede viária.....	36
Sinalização e Trânsito.....	37
Defesa do meio ambiente	37
Jardins.....	37
Transferências de Capital	38
Ativos financeiros.....	38
Passivos financeiros.....	38
3.3. Resumo de Investimentos previstos por Freguesias	39
3.4. Conclusões.....	39
4. Proposta	41

1. Introdução

1.1. Enquadramento normativo

Para cumprimento do que dispõe a alínea c), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram elaborados os documentos previsionais – Orçamento e Grandes Opções do Plano – respeitando-se toda a legislação atinente, nomeadamente, seguindo todas as regras previsionais enumeradas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro; pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro; pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril; e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro), que aprovou o POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Neste documento foi incluído um conjunto de informação com vista a darmos cumprimento às normas aprovadas na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, designadamente no Capítulo V – Regras Orçamentais, onde foram definidos vários princípios e elementos que devem constar nos documentos previsionais, destacando-se o relatório que contenha a apresentação da política orçamental proposta, com a descrição das responsabilidades contingentes e o articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental, cujo documento constará em apenso e se denominará “Regulamento Municipal para a Execução Orçamental”.

1.2. Enquadramento geral

Os documentos previsionais, agora, apresentados, foram organizados atendendo ao que se encontra estabelecido no ponto 2.3 do POCAL e na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, nomeadamente através da elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano que, compreenderão um vasto conjunto de documentos: Orçamento de Receita e Despesa, as Grandes Opções do Plano, compreendendo o Plano Plurianual de Investimentos, documento que indica os projetos e ações a desenvolver no próximo ano económico e anos seguintes, e o Plano de Atividades Municipais, onde representamos as atividades que julgamos mais relevantes.

Não foram elaborados os seguintes documentos -"Quadro Plurianual de Programação Orçamental" e "Plano Plurianual Municipal" - referidos nos artigos 41º e 44º da Lei n. 73/2013, de 3 de setembro, por falta de publicação da regulamentação.

1.3. Normas de execução orçamental e responsabilidades contingentes

O artigo 46º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, obriga à inclusão do articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental e a identificação e descrição das responsabilidades contingentes. Para esse efeito elaboramos dois documentos que se juntam como anexos.

1.4. Princípios orientadores

A proposta de orçamento do Município de Sever do Vouga para o ano de 2018, tem em conta as prioridades do atual executivo e que se resume no seguinte planeamento estratégico e orientações estratégicas:

- Visão: Ser reconhecido como um Município atrativo, acolhedor, inclusivo, dinâmico, inovador e economicamente sustentável.
- Missão: Prestação de um serviço público de qualidade às populações, de acordo com as atribuições e competências da autarquia.

As orientações estratégicas (OE) que lhes estão subjacentes são os seguintes:

- OE1. Promover o desenvolvimento cultural
- OE2. Desenvolver a atividade turística
- OE3. Promover o desenvolvimento socioeconómico do concelho
- OE4. Melhorar a qualidade de vida dos munícipes
- OE5. Assegurar a sustentabilidade ambiental
- OE6. Melhorar a eficácia e eficiência dos serviços

1.5. Estrutura do orçamento

A estrutura do orçamento é idêntica à dos últimos anos, pelo que obedecerá à seguinte decomposição:

- 0101 – Assembleia Municipal
- 0102 – Câmara Municipal

Esta estrutura valoriza a dimensão política do orçamento e, simultaneamente, flexibiliza a gestão orçamental na sua componente técnica, responsabilizando mais cada um dos responsáveis pela execução do orçamento e, conseqüentemente, pelos resultados a alcançar.

Para efeitos de controlo do orçamento, será determinante a função das Grandes Opções do Plano (GOP) que, à semelhança dos anos anteriores, incluirá, para além do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) o Plano das Atividades Municipais (PAM).

1.6. Apresentação geral do orçamento

A elaboração do Orçamento Municipal iniciou-se com o cálculo dos recursos – Orçamento da Receita – determinados com base nas regras previsionais estabelecidas, resumidos em dois documentos para uma análise mais rápida – “Resumo do Orçamento” e “Resumo das Receitas e das Despesas”.

Determinados os recursos previstos, partimos para a sua afetação nos encargos necessários à prossecução dos objetivos da entidade (atribuições), mediante as despesas de funcionamento (Despesas Correntes) e despesas de investimento (Despesas de Capital).

As receitas previstas para o ano económico de 2018, totalizam em euros 11 500 000, com um aumento de euros 1 800 000 e euros 1 006 000, respetivamente em relação ao orçamento inicial e corrigido.

Na data referência para elaboração do Orçamento, 30 de setembro, a receita arrecadada era de euros 5 954 768,11, menos euros 232 180,14, cerca de -3,75% do que no período homólogo, onde a receita arrecadada foi de euros 6 186 948,25, com um aumento de

euros 97 666,86 nas receitas correntes e uma diminuição de euros 329 847,00 nas receitas de capital. As receitas continuam a ser afetadas pela reduzida execução do atual quadro comunitário, que muito condiciona a execução em termos de receitas de capital.

Apesar de uma variação baixa, devemos manter a cautela na previsão do próximo ano económico, cujo procedimento foi adotado em anos anteriores, pois continuamos com informações que apontam para uma contração nas receitas. Em relação aos fundos comunitários continuamos a aguardar pelo encerramento do quadro de financiamento (QREN 2007-2013) e implementação do novo (Portugal 2020) que avançou com o pacto aprovado, proporcionando o financiamento do Centro Escolar de Sever do Vouga e os dois projetos de eficiência energética: “Requalificação das Piscinas Municipais (componente eficiência energética)” e “Implementação de Sistemas de Eficiência Energética da Iluminação Pública”.

Continuam em execução os projetos com financiamento aprovado no programa POSEUR - PORT 2020, para os projetos "Ecocentro - Valorização ambiental" e a aquisição de equipamento de transporte para a "Recolha seletiva porta a porta" de resíduos.

A receita corrente arrecadada, em 30 de setembro, ascendia a euros 5 548 028,45, quando no período homólogo de 2016 era de euros 5 450 361,59, mais euros 97 666,86, traduzindo-se numa variação positiva de 1,79%, contrariando a diminuição verificada no ano anterior de 4,62%.

Em termos de receitas de capital, a execução na mesma data, apresentava euros 406 739,66, contra euros 736 586,66, em relação ao período homólogo de 2016, com uma diminuição de euros 329 847,00, que vem afetar o aumento da receita.

Assim, pela aplicação das regras previsionais, em comparação com o orçamento inicial, mantem-se o mesmo valor previsto para as receitas correntes e um aumento de 79,43% em euros 1 800 000 nas receitas de capital. Mas, se efetuarmos comparação com o orçamento corrigido teremos uma diminuição nas receitas correntes de 1,67% em euros 126 000 e um aumento nas receitas de capital de 38,84% em euros 1 132 000.

Os dados apresentados continuam a obrigar à contenção nas despesas e no adiamento de alguns projetos, pelo menos quanto a grandes investimentos. Sendo certo que este executivo mantém o mesmo objetivo traçado em anos anteriores, no sentido de conter-se nalguns gastos, mas sem descurar um aspeto importante, que é o de manter um nível de investimento elevado onde os retornos serão futuros.

O executivo estará atento e continuará a trabalhar no sentido de obter o maior número de recursos financeiros nos diversos programas, para isso, mantêm-se a análise às necessidades de investimento, a elaboração de projetos e a organização de processos com vista à apresentação de candidaturas, pese embora, constatarmos muitas limitações neste último quadro comunitário – Portugal 2020 e Centro 2020 - concretamente com atrasos na publicação dos avisos de abertura aos diversos programas.

Vamos agora resumir os recursos e as despesas previstas por cada rubrica de classificação económica, evidenciando-as no Quadro 1 e o no Quadro 3.

Quadro 1 - Resumo do orçamento de 2018, em euros

RECEITAS	MONTANTE	DESPEAS	MONTANTE
Correntes	7.400.000,00	Correntes	6.000.000,00
De capital	4.100.000,00	De capital	5.500.000,00
Total	11.500.000,00	Total	11.500.000,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	11.500.000,00	Total Geral	11.500.000,00

Quadro 2 - Resumo das receitas e despesas de 2018, em euros

R E C E I T A S			D E S P E S A S		
	MONTANTE	%		MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
01 Impostos directos	1.541.020,00	11.4	01 Despesas com o pessoal	2.133.570,00	18.6
02 Impostos indirectos	28.055,00	0.2	02 Aquisição de bens e serviços	2.947.360,00	25.6
04 Taxas, multas e outras penalidades	101.960,00	0.9	03 Juros e outros encargos	21.545,00	0.2
05 Rendimentos da propriedade	11.105,00	0.1	04 Transferências correntes	870.525,00	7.6
06 Transferências correntes	4.993.870,00	43.4	05 Subsídios		
07 Venda de bens e serviços correntes	707.645,00	6.2	06 Outras despesas correntes	27.000,00	0.2
08 Outras receitas correntes	16.345,00	0.1			
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	7.400.000,00	64.3	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	6.000.000,00	52.2
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
09 Venda de bens de investimento	505,00	0.0	07 Aquisição de bens de capital	4.811.190,00	41.8
10 Transferências de capital	4.099.180,00	35.6	08 Transferências de capital	278.540,00	2.4
11 Activos financeiros	225,00	0.0	09 Activos financeiros	65.260,00	0.6
12 Passivos financeiros	70,00	0.0	10 Passivos financeiros	340.000,00	3.0
13 Outras receitas de capital	15,00	0.0	11 Outras despesas de capital	5.010,00	0.0
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	4.099.995,00	35.7	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	5.500.000,00	47.8
OUTRAS RECEITAS			TOTAL GERAL		
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	5,00	0.0		11.500.000,00	100.0
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	5,00	0.0			
TOTAL GERAL	11.500.000,00	100.0			

1.7. Orçamento da Assembleia Municipal

Quadro 3 - Orçamento da assembleia municipal de 2018, em euros

Classificação Económica		2018
0102	Abonos variáveis ou eventuais	15 500,00
010204	Ajudas de custo	500
01021302	Outros suplementos e prémios - outros	15 000
0201	Aquisição de bens	3 015,00
02010801	Material de escritório duradouro	5
02010802	Material de escritório não duradouro	5
020115	Prémios, condecorações e ofertas	2 500
020118	Livros e documentação técnica	500
02012109	Bens não duradouros - outros bens	5
0202	Aquisição de serviços	3 485,00
020211	Representação dos serviços	2 500
020213	Deslocações e estadas	980
020217	Publicidade	5
Totais		22 000,00

1.8. Entidades participadas

Entidades	Tipo	NIPC	% Participação
ERSUC - Empresa de Resíduos Sólidos Urbanos de Coimbra, S.A.		503004405	0,627%
WRC - WEB para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	Partes capital	506053628	0,182%
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.		504475606	0,154%
ADRA - Águas da Região de Aveiro, SA		509107630	0,042%
Fundo de Apoio Municipal	Títulos de participação	513319182	0,070%

1.9. Orçamento participativo

No ano de 2017, pela primeira vez, foi implementado o orçamento participativo com vista a envolver a população do concelho nas atividades da autarquia.

Seguidamente, apresenta-se um mapa com os projetos vencedores, com informação relacionada com cada um desses projetos, que serão inseridos no PPI - Plano Plurianual de Investimentos de 2018.

OP 2017 - Descrição dos Projetos Vencedores

Nº Projeto	Projeto	Descrição
8	Escarpas do Gresso euros 24.747,60	Implementação de um trilho pedonal acompanhando as quedas do rio Gresso, com aplicação de painel informativo, placas direcionais, construção de passadiço em madeira, vedação e limpeza e remoção da vegetação ao longo do trilho. Criação de um folheto promocional.
5	Ponto de Acesso – Sever do Vouga euros 3.600,00	Aquisição de uma cadeira Todo o Terreno adaptada para pessoas com mobilidade reduzida, de modo a poder aceder a todos os pontos de interesse turístico do concelho de Sever do Vouga.
2	Melhoramento do abrigo para animais abandonados euros 25.000,00	Melhoramento do abrigo dos animais abandonados, com implementação de rede de águas pluviais e de saneamento, pavimentação, cobertura do espaço, reparação da vedação, colocação de portão e arranjos exteriores com plantação de árvores para sombreamento e proteção dos animais.

Durante o ano de 2018, será revisto todo o processo, bem como o lançamento de novo concurso, com reforço dos investimentos que poderão ser realizados ao abrigo desta iniciativa, que procura acolher as opiniões dos Severenses, quanto às necessidades e alocação dos recursos da autarquia.

1.10. Assembleia Jovem

Em 2018, vamos promover a constituição de uma Assembleia de Jovens, criando o regulamento, a sua constituição e a organização de sessões, com a participação de jovens, como de um órgão deliberativo se tratasse, por forma a motivar e aproximar os jovens a uma participação cívica e política.

2. Orçamento da Receita

A previsão da receita vem descrita no Quadro 4 e Quadro 5, onde se evidencia a evolução verificada dos recursos da autarquia, traduzidos em diferentes comportamentos que serão analisados ao longo deste documento.

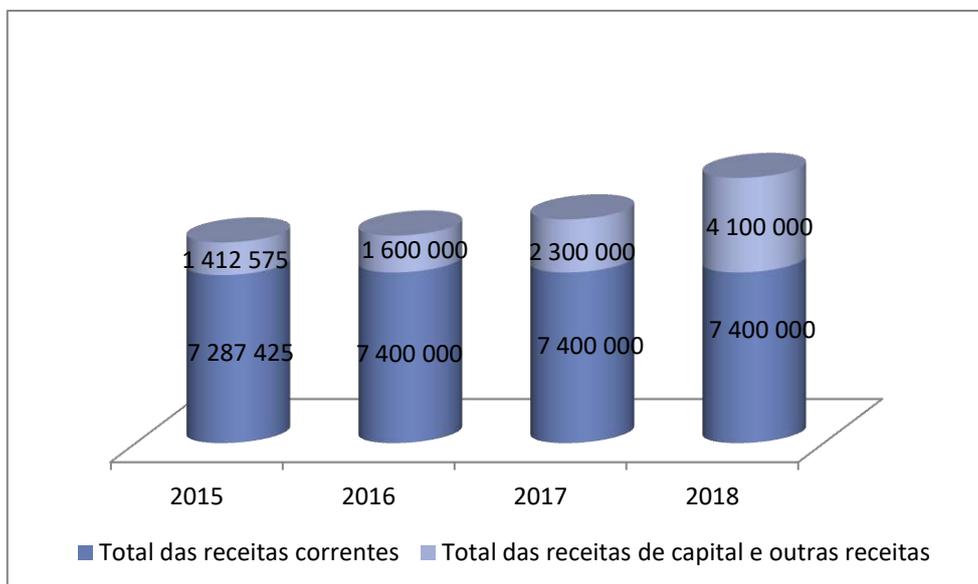
Quadro 4 – Análise do orçamento da receita 2018, com os valores iniciais de 2017, em euros

Rubricas económicas	2017	2018	Variação 17/18	
			Valor	%
Impostos Diretos	1 581 210	1 541 020	-40 190	-2,54%
Impostos Indiretos	29 440	28 055	-1 385	-4,70%
Taxas, multas e outras penalidades	81 050	101 960	20 910	25,80%
Rendimentos de propriedade	4 025	11 105	7 080	175,90%
Transferências correntes	4 969 655	4 993 870	24 215	0,49%
Vendas de bens e prestações de serviços	676 605	707 645	31 040	4,59%
Outras receitas correntes	58 015	16 345	-41 670	-71,83%
Total das receitas correntes	7 400 000	7 400 000	0	0,00%
Venda de bens de investimento	565	505	-60	-10,62%
Transferências de capital	2 283 340	4 099 180	1 815 840	79,53%
Ativos financeiros	1 045	225	-820	-78,47%
Passivos financeiros	35	70	35	100,00%
Outras receitas de capital	15	15	0	0,00%
Total da receitas de capital	2 285 000	4 099 995	1 814 995	79,43%
Reposições não abatidas nos pagamentos	15 000	5	-14 995	-99,97%
Outras receitas	15 000	5	-14 995	-99,97%
Totais	9 700 000	11 500 000	1 800 000	18,56%

Quadro 5 - Análise do orçamento da receita 2018, com os valores corrigidos de 2017, em euros

Rubricas económicas	2017	2018	Variação 17/18	
	Corrigido		Valor	%
Impostos Diretos	1 581 210	1 541 020	-40 190	-2,54%
Impostos Indiretos	29 445	28 055	-1 390	-4,72%
Taxas, multas e outras penalidades	81 055	101 960	20 905	25,79%
Rendimentos de propriedade	4 025	11 105	7 080	175,90%
Transferências correntes	5 095 655	4 993 870	-101 785	-2,00%
Vendas de bens e prestações de serviços correntes	676 595	707 645	31 050	4,59%
Outras receitas correntes	58 015	16 345	-41 670	-71,83%
Total das receitas correntes	7 526 000	7 400 000	-126 000	-1,67%
Venda de bens de investimento	565	505	-60	-10,62%
Transferências de capital	2 951 340	4 099 180	1 147 840	38,89%
Ativos financeiros	1 045	225	-820	-78,47%
Passivos financeiros	35	70	35	100,00%
Outras receitas de capital	15	15	0	0,00%
Total da receitas de capital	2 953 000	4 099 995	1 146 995	38,84%
Reposições não abatidas nos pagamentos	15 000	5	-14 995	-99,97%
Outras receitas	15 000	5	-14 995	-99,97%
Totais	10 494 000	11 500 000	1 006 000	9,59%

Gráfico 1 – Evolução do orçamento da receita de 2015 a 2018, em euros



2.1. Receitas Correntes

Foram dotadas as rubricas com o resultado da média dos últimos 24 meses.

A previsão nos “**Impostos Diretos**” teve de ser reduzida em euros 40 190, pelo efeito da diminuição da taxa do IMI e da adoção da medida de redução do IMI nos agregados familiares com um ou mais dependentes. A Derrama também influenciou a redução na previsão desse imposto. O IUC teve uma pequena diminuição, apresentando quase o mesmo valor do ano anterior. O IMT foi o único imposto direto a sofrer um aumento na sua previsão. Assim, apresentam-se as diferentes variações nas principais rubricas dos impostos municipais, como se demonstra:

Rúbricas de impostos diretos	Valor
Imposto municipal sobre imóveis	-41 190,00
Imposto único de circulação	-1 000,00
Imposto municipal sobre a transmissão de imóveis	16 000,00
Derrama	-14 000,00

A redução nos impostos - IMI e Derrama - terá o seu efeito na arrecadação de impostos municipais, sem que haja compensação noutras receitas próprias, pelo que obrigará a uma contenção na despesa.

Com a avaliação do efeito dessas reduções será ponderada a redução na "participação variável de IRS" e também na Derrama.

Os “**Impostos Indiretos**” apresentam quase o mesmo valor do ano anterior, com um ajustamento para menos de euros 1 390, com aumentos em “Loteamentos e obras” de euros 2 500, diminuições em “TMDP” menos euros 600 e em "Outros impostos indiretos" menos euros 4 500.

As “**Taxas, multas e outras penalidades**” foram aumentada em euros 20 910, com aumentos nas "Taxas específicas das autarquias" mais euros 13 110 e nas "Multas e outras penalidades - Juros de mora" mais euros 7 800.

Os “**Rendimentos de propriedade**” foram dotados com mais euros 7 080. Nesta rubrica registam-se os juros obtidos em depósitos bancários e a distribuição de

dividendos nas participações detidas pelo município, designadamente na ERSUC, que distribui anualmente uma parte do seu resultado positivo.

Prevedemos um aumento na receita prevista das “**Transferências correntes**” para mais euros 24 215, influenciada pelo aumento das receitas do “estado” mais euros 164 500 e diminuições na participação fixa no IRS menos euros 37 500 e nos “Serviços e fundos autónomos” menos euros 82 300.

As “**Vendas de Bens e serviços correntes**” foram aumentados em euros 31 040, com aumentos apenas nas "rendas" mais euros 70 000 e diminuições na “venda de bens” menos euros 5 980 e nos “serviços” menos euros 32 980.

Em termos globais, manteve-se pelo segundo ano consecutivo a previsão de receitas correntes com a distribuição apresentada no seguinte gráfico.

Gráfico 2 - Distribuição da receita corrente de 2018

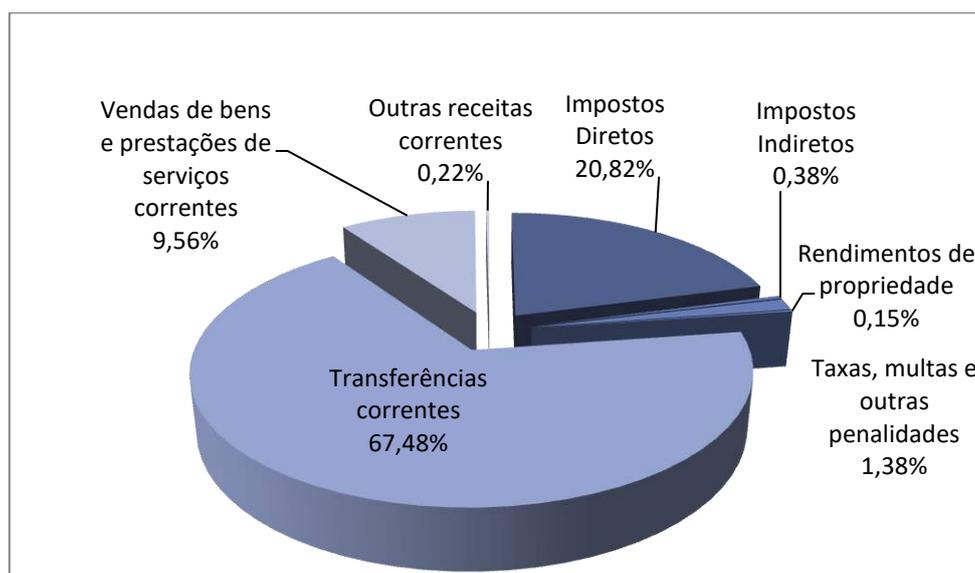
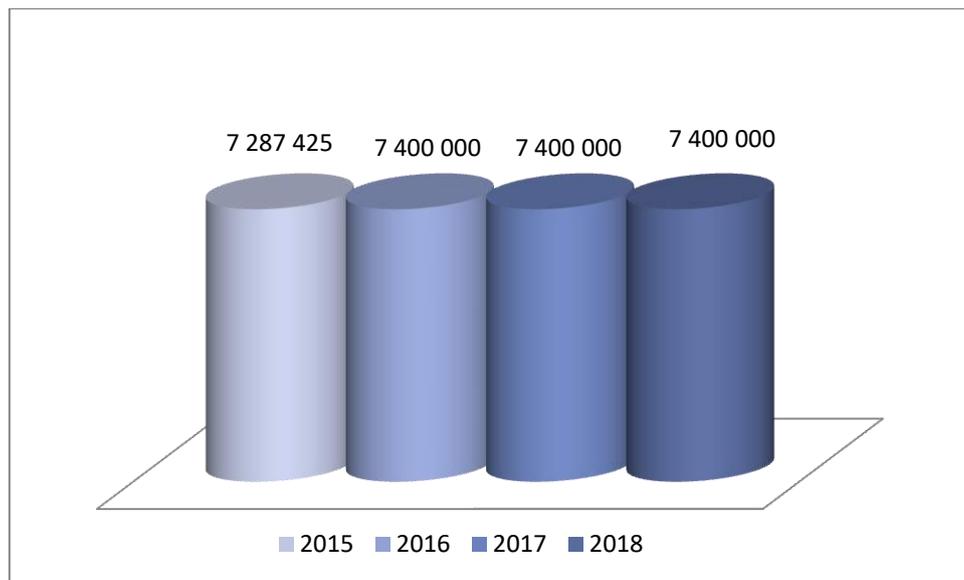


Gráfico 3 – Evolução da receita corrente de 2015 a 2018, em euros

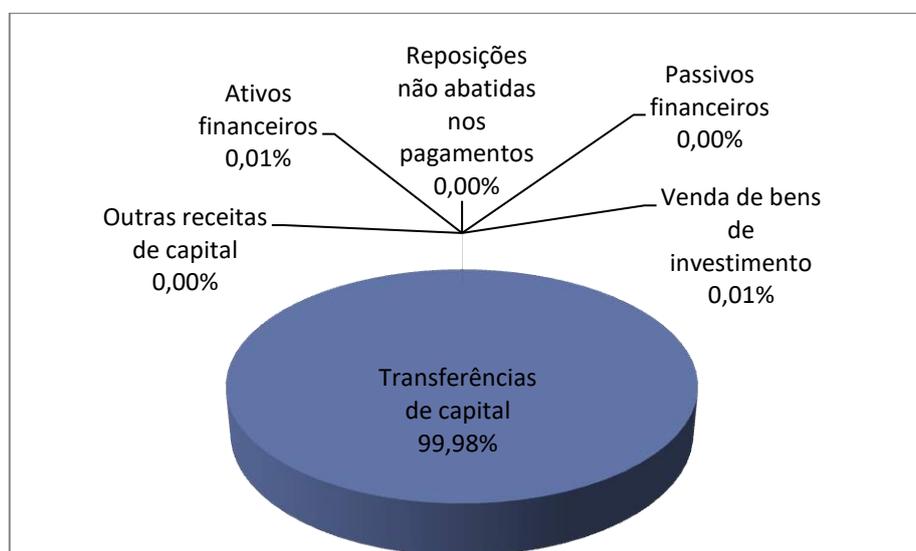


2.2. Receitas de Capital e Outras Receitas

Em relação ao orçamento inicial, as receitas de capital foram aumentadas em euros 1 800 000, influenciadas pelas receitas provenientes de financiamento externo (Transferências de Capital).

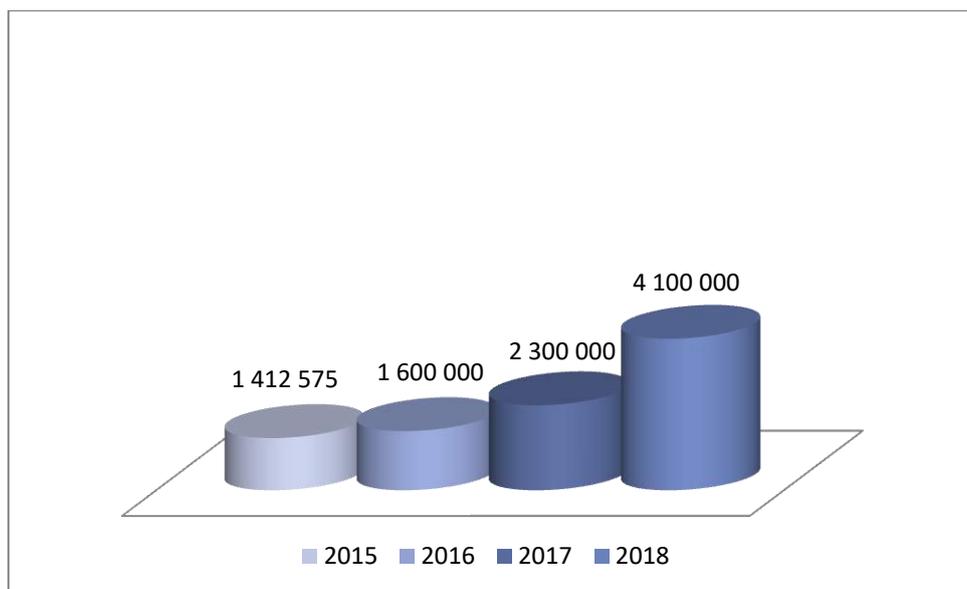
Aquela rubrica, “**Transferências de Capital**”, continua a possuir o maior significado no cômputo das receitas de capital, com cerca de 99,98%, onde a previsão maior recai na rubrica "Participação comunitária em projetos cofinanciados", com euros 3 187 000, seguindo-se o “Fundo de Equilíbrio Financeiro”, dotado com euros 462 000. As demais rubricas foram dotadas com valores considerados residuais.

Gráfico 4 - Distribuição da receita de capital e outras receitas de 2018



As demais rubricas “**Passivos financeiros**”, “**Ativos financeiros**”, “**Outras receitas de capital**” e “**Outras receitas**” foram dotadas também com valores residuais e com pouco significado, as quais no seu conjunto representam os restantes 0,02% das receitas de capital.

Gráfico 5 – Evolução da receita de capital e outras receitas de 2015 a 2018, em euros



2.3. Conclusões

Assim, em termos globais, o orçamento da receita sofreu um aumento de euros 1 800 000 em relação ao orçamento inicial de 2017, mantendo a mesma previsão nas receitas correntes e aumento apenas nas receitas de capital.

Contudo, há vários pontos positivos neste documento, designadamente o reforço do investimento, muito superior às receitas dessa natureza. Como veremos mais à frente, o aumento da poupança corrente permitirá um equilíbrio orçamental mais sólido e a afetação de recursos ao investimento. Como também será explicado, o aumento da poupança corrente só será possível através da continua e acrescida racionalização de custos.

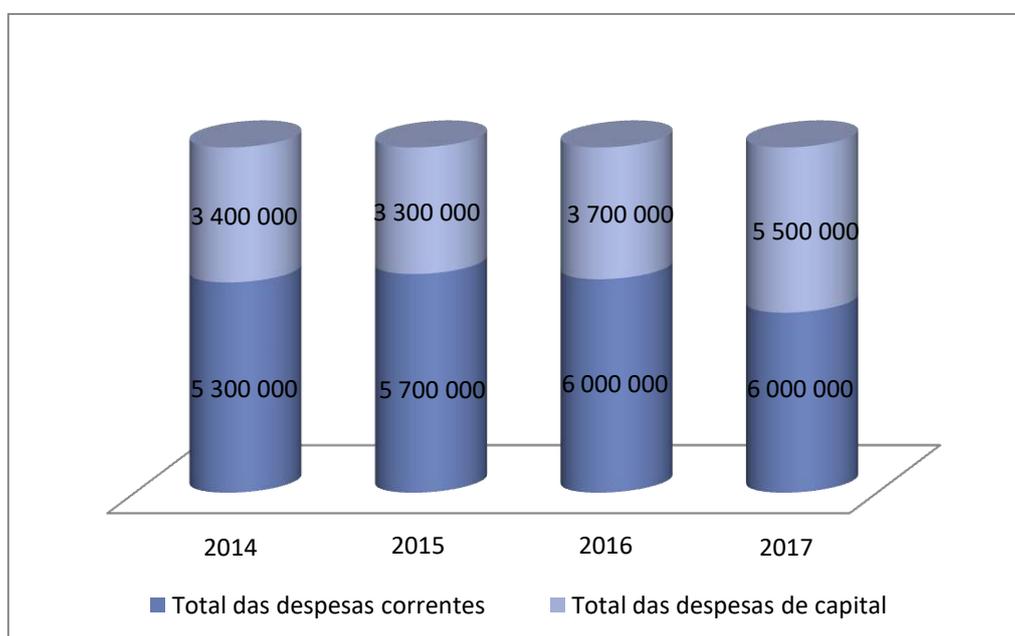
3. Orçamento da Despesa

Apresentamos no Quadro 6 e Gráfico 6, a evolução do orçamento da despesa desde o ano de 2015, segundo as principais rubricas.

Quadro 6 - Análise do orçamento da despesa, em euros

Rubricas económicas	2015	2016	2017	2018	Variação 17/18	
					Valor	%
Despesas com pessoal	2 073 950	2 171 500	2 104 850	2 133 570	28 720	1,36%
Aquisição de bens e serviços correntes	1 928 025	2 498 500	2 977 120	2 947 360	-29 760	-1,00%
Encargos correntes da dívida	58 020	41 000	31 515	21 545	-9 970	-31,64%
Transferências correntes	963 005	836 000	869 010	870 525	1 515	0,17%
Outras despesas correntes	277 000	153 000	17 505	27 000	9 495	54,24%
Total das despesas correntes	5 300 000	5 700 000	6 000 000	6 000 000	0	0,00%
Aquisição de bens de capital	2 598 395	2 533 415	2 937 185	4 811 190	1 874 005	63,80%
Transferências de capital	190 050	185 050	207 545	278 540	70 995	34,21%
Ativos financeiros	66 545	66 525	65 260	65 260	0	0,00%
Passivos financeiros	540 000	510 000	485 000	340 000	-145 000	-29,90%
Outras despesas de capital	5 010	5 010	5 010	5 010	0	0,00%
Total das despesas de capital	3 400 000	3 300 000	3 700 000	5 500 000	1 800 000	48,65%
Totais	8 700 000	9 000 000	9 700 000	11 500 000	1 800 000	18,56%

Gráfico 6 – Evolução do orçamento da despesa de 2015 a 2018, em euros

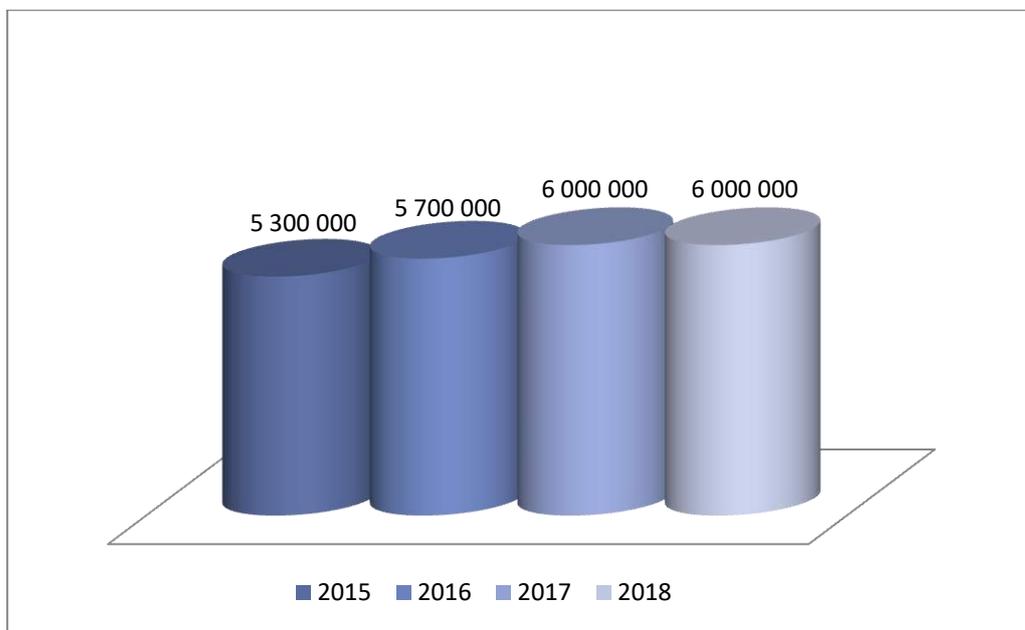


Vamos, seguidamente, apreciar a evolução das despesas segundo os dois principais agrupamentos – despesas correntes e de capital – para compreendermos a aplicação dos recursos do Município.

3.1. Despesas Correntes

As despesas desta natureza foram dotadas com o mesmo valor do orçamento inicial do ano passado.

Gráfico 7 - - Despesas correntes de 2015 a 2018, em euros



Com o valor da despesa corrente podemos verificar se o orçamento respeita a regra do equilíbrio orçamental – artigo 40º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. O número 2 daquele artigo refere que “a receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”. Embora a receita bruta cobrada e a despesa corrente se apuram com a execução, teremos que iniciar medidas de controlo e ajustamento no momento da elaboração do orçamento.

Somando as despesas correntes, no valor de euros 6 000 000, com as amortizações médias no valor de euros 326 903,14 teremos o total de euros 6 326 903,14. Como a receita corrente prevista neste orçamento é de euros 7 400 000, concluímos que está acima daquele valor, o que se traduz numa margem positiva de euros 1 073 096,86, isto é, as despesas correntes poderiam ser aumentadas até esse valor.

Despesas com Pessoal

Na globalidade, as despesas com pessoal foram dotadas com mais euros 28 720 (1,3%) e menos euros 12 780 (-0,6%) em relação ao orçamento inicial e corrigido,

respetivamente. Nos últimos anos, constataram-se diminuições nas dotações das despesas com pessoal, devido às limitações impostas legalmente. No entanto, tais limitações deixaram de constar no último Orçamento de Estado. Assim, como este município tem condições para o recrutamento de novos trabalhadores, foram dotadas as rubricas correspondentes para que se promovam os procedimentos necessários.

As **remunerações certas e permanentes**, foram corrigidas com menos euros 1 280, nomeadamente na rubrica de "Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho" com mais euros 10 010, no "Pessoal em qualquer outra situação" com menos euros 18 500, nas despesas de "Representação" mais euros 1 300, no "Subsidio de refeição" mais euros 8 000, para o "Subsídio de férias e de Natal" menos euros 9 100 e para as "Remunerações por doença e maternidade / paternidade" menos euros 5 000.

A **segurança social**, foi ajustada com mais euros 30 500, com o maior aumento nas despesas dos "Encargos com a saúde" com mais euros 25 000.

Aquisição de Bens e Serviços Correntes

As rubricas referentes à “Aquisição de bens e serviços” foram diminuídas em euros 29 760 em relação ao orçamento inicial e aumento de euros 12 720 em relação ao orçamento corrigido, com a seguinte distribuição:

Aquisições de bens

Em relação ao orçamento corrigido, foram diminuídos em euros 568 330 e variações com uma repercussão maior nas seguintes rubricas:

Rúbricas de bens	Valor
Matérias-primas e subsidiárias	83 750
Combustíveis e lubrificantes	-49 000
Alimentação - Refeições confeccionadas	219 995
Outros bens	-813 875

De "Outros bens" foram transferidos valores para "Encargos das instalações", da rubrica de aquisição de serviços, que antes eram classificados em eletricidade e água. Tratou-se de uma reclassificação que vai refletir-se nestas duas rubricas.

Aquisições de serviços

As rubricas deste grupo foram aumentadas em euros 581 050, em relação ao orçamento corrigido, com as seguintes variações mais significativas:

Rúbricas de serviços	Valor	
Encargos das instalações	710 000	nova rubrica
Limpeza e higiene	25 000	nova rubrica
Conservação de bens	11 000	
Publicidade	34 940	
Vigilância e segurança	21 300	
Assistência técnica	7 000	
Outros trabalhos especializados	35 700	
Outros serviços	-282 390	

Continuar-se-á a dar apoio no transporte de idosos, através do *SeverIn*, como uma forma de melhorar a locomoção das pessoas nas suas deslocações para a sede do concelho.

Encargos Correntes da Dívida

Continua a verificar-se uma diminuição nas despesas desta natureza, por efeito das amortizações extraordinárias realizadas nos dois anos económicos anteriores. Assim, procedeu-se a uma diminuição da dotação em euros 9 970, em relação ao orçamento corrigido.

Transferências Correntes

Foram dotadas com mais euros 1 515 em relação ao orçamento inicial e com menos euros 171 485 em relação às dotações do orçamento corrigido, tendo passado de euros 869 010 para euros 879 525, representando 14,5% das despesas correntes.

No quadro seguinte apresentam-se as principais variações ocorridas neste agrupamento:

Rúbricas de transferências	Inicial	Corrigido
Freguesias	25 000	-42 000
Associações de municípios	56 000	80 000
Instituições sem fins lucrativos	50 000	-87 500
Famílias	-130 000	-122 500

Embora carecendo de revisão, constam também os valores para os pagamentos às freguesias no âmbito dos acórdãos de execução, bem como para os apoios destinados às

atividades diversas que as freguesias venham a promover ao longo do ano e para as quais solicitem a comparticipação do município nos termos do regulamento.

A título informativo, neste grupo, repartem-se os encargos com as transferências correntes destinadas:

- às coletividades;
- às freguesias;
- à atribuição de bolsas de estudo e auxílios económicos às crianças do 1º ciclo;
- à satisfação de encargos com associações de municípios: projetos intermunicipais (alguns promovidos na região ou aprovados na CIRA), quotas e contribuições;
- ao pagamento das componentes de apoio às crianças do pré-primário e 1º ciclo (transportes, alimentação e ensino extracurricular), no âmbito dos protocolos celebrados com Juntas de Freguesia, Associações e IPSS.

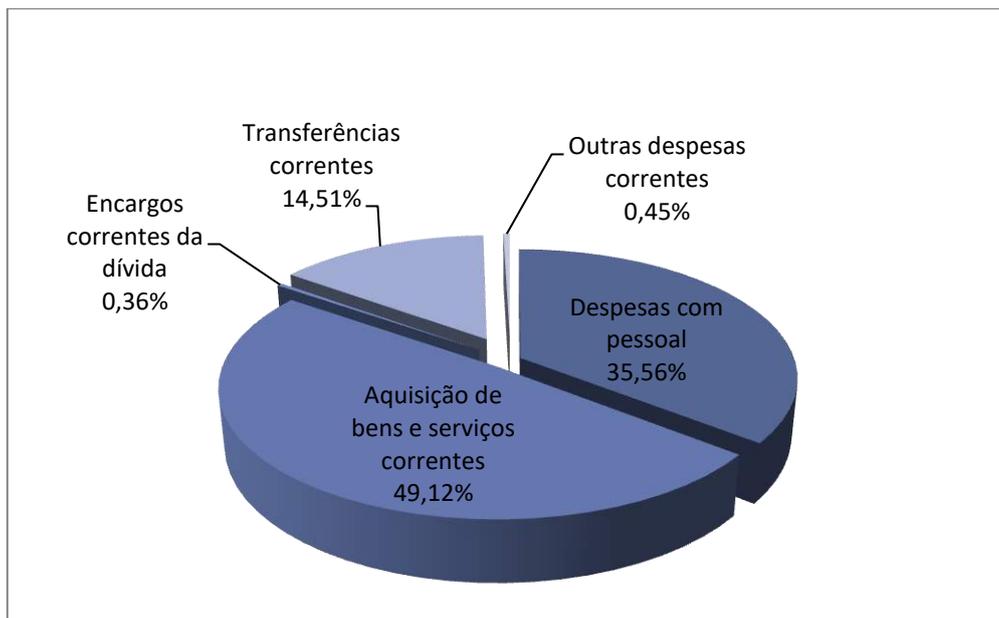
Continuar-se-á a manter em funcionamento os dois gabinetes de apoio ao empreendedor instalados no Vougapark e nas instalações da AGIM, a funcionar no mesmo edifício, como uma forma de criação de novas empresas ou instalação de empresas já constituídas, para se atrair investidores e a criação de novos empregos.

Outras Despesas Correntes

Foram aumentadas as dotações para encargos desta natureza em euros 9 495 e em euros 10 315, relativamente ao orçamento inicial e corrigido, respetivamente.

Neste agrupamento classificam-se despesas relacionadas com a “Restituição de impostos e taxas”, “Indemnizações”, pagamento de “IVA” e de outras despesas que não tenham classificação nas rúbricas anteriores.

Gráfico 8 - Distribuição da despesa corrente de 2018



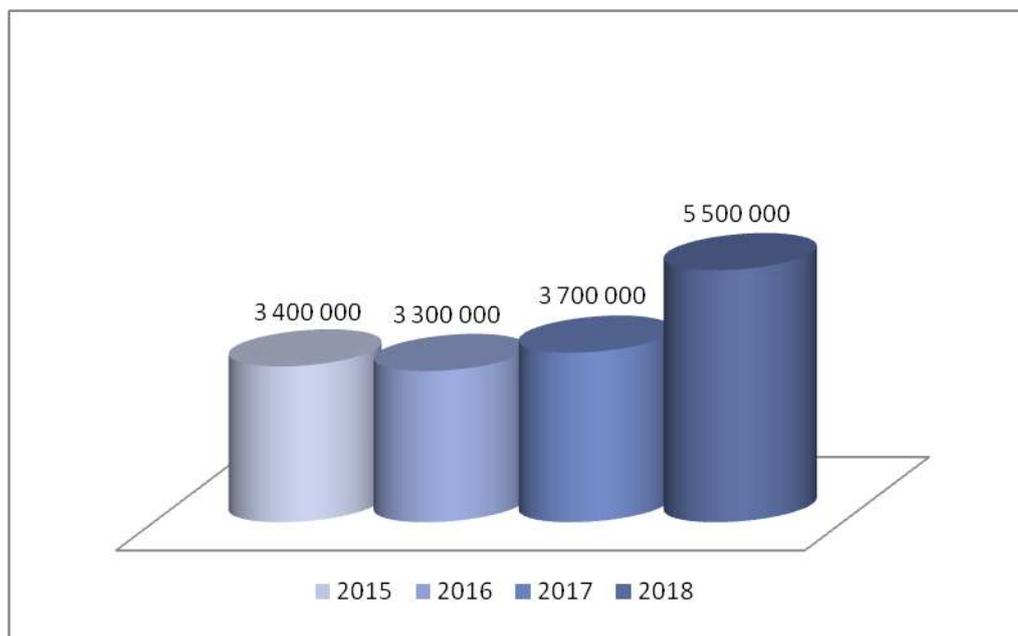
Como constatamos, este orçamento contempla uma adequada repartição dos recursos, embora com sacrifícios ou diminuições feitas em algumas rubricas, cujos valores foram repartidos e direcionados para os aumentos com maior impacto em outras despesas correntes, relativamente ao orçamento inicial.

Julgamos, desta forma, termos justificado a distribuição das despesas correntes no valor de euros 6 000 000, que não tiveram qualquer alteração neste orçamento.

3.2. Despesas de Capital

As despesas de capital embora desagregadas por rubricas da classificação económica, encontram-se evidenciadas no PPI, ou seja, individualizadas por projetos e ações, com uma leitura mais fácil no documento que será apenas.

Gráfico 9 - Despesas de capital de 2015 a 2018, em euros



O “PPI” não é um documento estático, podendo ser alterado em função das necessidades que surgem no decorrer do tempo.

Neste gráfico, consegue-se verificar um momento de transição, iniciado em 2017, e que se espera continuar nos anos seguintes, relacionado com o aumento em investimentos.

Seguidamente, vamos avaliar as alterações nas principais rubricas das despesas de capital (de investimento).

Investimento

Com o aumento das receitas de capital efetuou-se a correspondente afetação às rubricas de investimento.

Tal como aconteceu, em anos anteriores, foram acrescentados projetos para satisfazer necessidades prementes, como também para ser assegurada a possibilidade de conseguirmos financiamento externo, através do atual quadro comunitário de apoio - Portugal 2020. Assim, inscreveram-se alguns projetos no PPI, para os quais estamos a instruir os processos e a organizar procedimentos para submissão de candidaturas, algumas já realizadas e submetidas.

Indicam-se os projetos com comparticipação aprovada através do novo quadro de apoio ou por entidades privadas:

- Centro Escolar de Sever do Vouga;
- Requalificação das Piscinas Municipais (componente eficiência energética);
- Implementação de sistemas de eficiência energética da Iluminação Pública;
- Ecocentro - Valorização Ambiental (em execução);
- PARU - Planos de Ação de Regeneração Urbana:
 - Requalificação da frente ribeirinha da Ribeira de Pessegueiro;
 - Reabilitação e requalificação do Largo da Feira;
 - Arranjo Urbanístico do Largo de São Mateus – Paçô;
 - Qualificação do Espaço Público - 1.ª fase (em execução) e 2ª Fase.
- Zona de fruição ribeirinha de Couto de Baixo;
- Construção de passadiços no trilho da Aqualva (R3);
- Restabelecimento de Caminhos e Infraestruturas junto às barragens.

Destacam-se os projetos inseridos para uma eventual comparticipação através do novo quadro de apoio (Valorizar):

- Revitalização da antiga linha de vagonetes das Minas do Braçal;
- Criação de um Parque de Pesca Desportiva no Rio Mau;
- Criação do Parque Temático da Mirtilândia;
- Paisagens Megalíticas/Megalithic Landscapes.

Seguem-se projetos inseridos no PPI e que aguardam financiamento da autarquia ou externo:

- Arranjo Urbanístico Amiais;

- Arranjo Urbanístico do Largo do Couto;
- Arranjo Urbanístico do Largo da Silveira;
- Mini Parque de Campismo - Praia Fluvial da Quinta do Barco;
- Projeto “Saúde e Bem Estar”;
- Reabilitação da margem direita do Rio Vouga;
- Reabilitação da casa do restaurante Quinta do Barco (mobilidade);
- Requalificação da Rua Abade de Santiago
- Repavimentação da Rua da Indústria;
- Rua das Figueirinhas;
- Repavimentação da avenida Comendador A. M. Pereira (rotunda da senhorinha até à interseção sul da EN 328);
- Repavimentação de Vila Fria à Bouça;
- Repavimentação da estrada do Porto Carro (Cedrim);
- Caminho interior da Frágua;
- Rua das Flores em Cedrim;
- Caminhos dos Moinhos (Silva Escura): Carvalhal, Vale do Neto e Sequeiros;
- Muro na Cruz das Almas, em Couto Esteves;
- Pavimentação da Rua das Eiras e Rua do Cabo, em Rocas do Vouga;
- Pavimentação da Estrada do Barreiro, em Couto Esteves;
- Cemitério de Sever do Vouga - Abertura de covas;
- Construção de Novo Datacenter;
- Instalações de Serviços - Edifício: Obras de Reorganização dos Serviços;

- Plataforma elevatória de mobilidade no Centro das Artes e dos Espetáculos;
- Impermeabilização parcial da cobertura da Biblioteca Municipal;
- Nova cobertura e ampliação do anfiteatro do parque urbano;
- Criação de centro e rotas de BTT;
- Campo Municipal dos Padrões - Iluminação e Outras Infraestruturas;
- Criação do circuito de interpretação do património e da biodiversidade na Ecopista de Sever;
- Criação de corredor de acesso à cascata da Agualva.

Gráfico 10 - Distribuição da despesa de capital de 2018



Em seguida, apresentamos algumas notas sobre os projetos de investimento pelas diferentes áreas:

Educação

Para além das dotações residuais para a manutenção dos equipamentos existentes, que se pretende reforçar quando for possível, para intervenção nos edifícios escolares das freguesias. Foi incluída a empreitada do Centro Escolar de Sever do Vouga, para ser executada com os recursos próprios e financiamento externo.

É o projeto que mais recursos vai exigir, atendendo ao valor da empreitada e à relação de trabalhos a realizar no ano de 2018.

Nas despesas correntes, estarão previstas verbas destinadas a compartilhar atividades extracurriculares que venham a ser propostas e desenvolvidas pelas escolas do primeiro ciclo e pré-primária.

Cultura, Desporto e Tempos Livres

Na cultura, salientamos o reforço das verbas atribuídas ao centro das Artes e dos Espetáculos e a continuação de atividades, tais como, Festival Internacional de Guitarras, a Festa do Emigrante, a Feira Quinhentista (Foral), o Festim e a “Programação cultura em rede”. Esta última atividade tem como objetivo a realização de um conjunto de ações e espetáculos a realizar no concelho, bem como, na própria região onde estará inserido o município e em parceria com os demais municípios da região, sendo a sua organização a cargo da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA).

O Município de Sever do Vouga aderiu ao projeto de apresentação de uma candidatura comum (de programação cultural em rede), através da CIRA, para serem divulgadas as atividades culturais promovidas, quer pelo CAE como na Biblioteca Municipal.

Em relação ao desporto, é prioridade a conclusão do arrelvamento do Campo de Jogos de Rocas do Vouga, cuja empreitada está a decorrer.

Continua-se a apoiar a realização do torneio “Interfreguesias” e o “Mirtilo Cup”, bem como, a ocupação dos jovens nos seus tempos livres, designadamente em tempo de férias com a atividade “Campo de férias”.

Continuar-se-á a dar apoio aos atletas individuais que participam em torneios ou provas nacionais e internacionais, bem como às coletividades desportivas, procurando-se manter a estratégia de desenvolvimento desportivo.

Ação Social

Nesta função manteve-se a inscrição dos euros 105 000 para satisfação dos compromissos de financiamento dos projetos em curso da Associação Pró-Cidadão do

Deficiente Integrado, da Fundação Bernardo Barbosa de Quadros, do Centro Social e Paroquial Maria da Glória.

Mantêm-se duas rubricas, nas GOP's, designadas como "Habitação de emergência municipal", para aquisição de bens e equipamentos, destinados a situações de emergência.

Nesta área, como despesas correntes, destaca-se a comparticipação a conceder às famílias que venham a candidatar-se aos incentivos a conceder nos termos do regulamento de apoio à natalidade, designadamente para a aquisição de bens de primeira necessidade. para os recém nascidos.

Como tem vindo a realizar-se, dar-se-á apoio a jovens e famílias através do CLAS (Conselho Local de Ação Social) e do gabinete de psicologia.

Saúde

Procede-se apenas à abertura de uma rubrica para apoio a conceder, por exemplo, a instituições sem fins lucrativos, para a aquisição de equipamento médico, caso venha a ser solicitado e decidido pela Câmara Municipal o respetivo apoio.

Habitação e Urbanização

Habitação

Encontra-se inscrita uma rubrica destinada às despesas relacionadas com eventuais apoios a famílias carenciadas nos termos do regulamento, para intervenções destinadas a melhorar as condições de habitabilidade das suas casas, caso se verifiquem os requisitos regulamentares.

Matem-se inscrita e dotada a rubrica para a realização de remodelações e restauros nos prédios e apartamentos no Bairro da Bela Vista, com vista a evitarmos a sua degradação e melhorar as condições de habitabilidade nas habitações sociais.

Foi efetuado um estudo para saber da necessidade de construção de novas habitações sociais. Mas como não há recetividade por parte das famílias em viverem em bairros sociais, decidiu-se direcionar as intervenções na recuperação das habitações, através dos

programas *Casa + e Just a change* ou na recuperação de prédios adquiridos ou devolutos da autarquia.

Planeamento Urbanístico

Mantém-se aberta uma rubrica para a realização de novos projetos ou planos de pormenor. Está a ser organizada a "3ª alteração ao loteamento da Zona Industrial de Cedrim".

Iluminação pública

Continua a manter-se uma verba para o aumento da rede de iluminação pública, com vista a melhorar a proteção e segurança de pessoas e bens.

Destacam-se as empreitadas inseridas para a “Implementação de Sistemas de Eficiência Energética da Iluminação Pública”.

Vai-se continuar a acompanhar os trabalhos de substituição de luminárias, de acordo com acordo estabelecido com a EDP e procurar melhorar ou aumentar o investimento nessa área, para a instalação de sistemas de eficiência energética.

Urbanização

Continuam inscritos os projetos para realização das empreitadas do “Reabilitação e requalificação do Largo da Feira”, “Arranjo Urbanístico Amiais”, “Arranjo Urbanístico do Largo do Couto”, “Arranjo Urbanístico do Largo da Silveira”, “Arranjo Urbanístico do Largo de São Mateus – Paçô” , " Requalificação da frente ribeirinha da Ribeira de Pessegueiro" e o "Arranjo do largo da Vinha Dónega", alguns dos quais já com financiamento aprovado através do programa PARU - Planos de Ação de Regeneração Urbana, cuja candidatura se encontra aceite.

Embora esteja assegurado o acesso de pessoas com mobilidade reduzida a todos os equipamentos municipais, bem como a outros serviços públicos da vila, continuar-se-á a solucionar-se as recomendações exaradas no "Plano Local e Municipal de Promoção de Acessibilidades", cujas medidas desse documento estão sempre a ser avaliadas e em revisão ou resolução.

Saneamento e Salubridade

Rede de esgotos

Encontram-se apenas abertas duas rubricas para uma eventual transferência de verbas ou realização de projetos para redes de esgotos.

Resíduos sólidos

Destacam-se os projetos de empreitada do “Ecocentro - Valorização ambiental”, cuja empreitada está a decorrer.

Encontra-se dotada a rubrica “Aquisição de Equipamento Básico”, para a aquisição de equipamento de recolha de resíduos – Contentores.

Conforme deliberação recente, encontra-se a decorrer o período de participação na elaboração do novo Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos, com vista à sua adequação à legislação em vigor e aproximá-lo às necessidades deste momento.

Cemitérios

Para além da rubrica destinada a satisfazer encargos com a aquisição de terrenos necessários à ampliação de cemitérios, matem-se a aguardar cabimento os “arranjos exteriores junto ao cemitério de Cedrim” e o projeto do "Cemitério de Sever do Vouga - Abertura de covas".

Proteção Civil

Encontram-se inscritas rubricas para eventuais compromissos que surjam no próximo ano económico e desde que se consigam reforçar através de uma alteração orçamental.

Como ação imaterial, dá-se conhecimento que está a ser revisto o Plano Municipal de Emergência com vista a adequá-lo à realidade atual, para ser ajustado ao "Plano de Ordenamento das Barragens de Ribeiradio e Ermida" quanto à zona de ocupação das barragens e de impacto em caso de acidente.

Em relação à segurança de pessoas e bens, promover-se-á as reuniões habituais do Conselho Municipal de Segurança para uma avaliação de situações que ocorram e necessitem da intervenção das autoridades policiais.

Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público

Água

Na despesa corrente encontra-se prevista verba para se continuar a realizar as análises nos fontanários, para reporte de informação ao PCQA (Programa de Controlo da Qualidade da Água) e ser prestada informação à população.

Mantemos abertas rubricas para encargos relacionados com a captação e elevação de água, com o objetivo de ser vendida à ADRA.

Encontra-se dotada rubrica para a aquisição de equipamento destinado ao tratamento de água nos fontanários, com vista ao cumprimento das normas que obrigam à existência de um ponto de água potável nas populações sem abastecimento público de água.

Turismo

Destacam-se os seguintes projetos inscritos e relacionados com esta área de elevada importância para o concelho:

- Via Ciclável do Braçal; Parque de Pesca da Cabreia; Parque Temático – Mirtilândia; Mini Parque de Campismo;
- Praia Fluvial da Quinta do Barco; - Recuperação dos Silos - Espaço Radical e de Apoio aos Caminhantes de Santiago; Reabilitação de Casa junto ao Largo das Eiras;
- A reabilitação do “Apeadeiro da Ponte do Poço de Santiago” e a realização de arranjos no “Espaço de Lazer do Rodo, em Couto de Esteves”.

Nas ações, evidenciadas no Plano de Atividades, mantém-se a rubrica para a realização da Ficavouga, no verão, como é hábito, cujo evento será direcionado à população do concelho e à captação de visitantes.

Áreas de Acolhimento Empresarial e Incubadoras Estabelecimentos Industriais

Foram inscritas rubricas para a aquisição de equipamentos e a realização de atividade na Área de Acolhimento Empresarial – Vougapark – cuja ocupação está a ser bem-sucedida e para a qual se perspectiva a vinda de mais empresas.

Mantem-se inscrita a rubrica para o projeto “Saúde e Bem Estar”, com o objetivo de serem transformados espaços disponíveis do edifício do Vougapark para esse fim.

Pretende-se realizar intervenções nas atuais zonas industriais ou áreas de acolhimento empresarial, designadamente na área de Talhadas.

Comunicações e Transportes

Rede viária

Continua a ser o agrupamento que precisa de muitos recursos, devido às necessidades de melhoria da mobilidade de pessoas e bens e também por ser um fator de dinamização e desenvolvimento local. Para a rede viária foram dotadas rubricas num total de euros 101 150, quando eram de euros 766 020 no ano de 2017 e euros 1 540 075 no ano de 2016. No entanto, teve que ser diminuído para se afetar os recursos à construção do novo Centro Escolar. Espera-se que se consiga o reforço no primeiro semestre do próximo ano.

Nesta área, destacamos a necessidade de realização dos seguintes projetos, em curso ou a realizar:

- Rua da Arrôta;
- Reparação de pequenos troços e largos – III;
- Pavimentação da Rua da Acimada - Couto Esteves;
- Restabelecimento de Caminhos e Infraestruturas junto às barragens;
- Rua de Novelide de Cima e rua de Ventosinhos de Cima;
- Pavimentação da rua dos Gonçalves e Boeiras e drenagens na EN 333;

- Calçadas em Talhadas (rua do hospital, rua romana, rua da escola e rua da eira velha);
- Muro na Ribeirada;
- Travessa da variante de Cedrim - Alargamento e pavimentação;
- Estrada de Dornelas a Silva Escura;
- Regularizações no piso da estrada da Santa Eufémia, na Vide.

Sinalização e Trânsito

Inscreveu-se o valor de euros 10 000 para nova sinalização a colocar nas vias municipais.

Transportes

Em parceria com os municípios da região, aderiu-se ao projeto de constituição de um Plano de Transportes para a região, onde serão criadas carreira de ligação entre concelhos e a capital do distrito, para o qual terá de ser uma autoridade de transportes.

Defesa do meio ambiente

Para o próximo ano apenas se abrem algumas rubricas para o caso de se verificar a necessidade de realização de despesas com a aquisição de equipamentos.

Como forma de preparação para os períodos críticos, manter-se-á em aplicação o conjunto de medidas previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, bem como o trabalho prestado pelo Gabinete Florestal na fiscalização, avaliação e notificação dos proprietários que tenham de realizar ações de limpeza das faixas de segurança.

Jardins

Continuam previstas rubricas para satisfazer encargos relacionados com as ações em parques e jardins, com vista ao seu embelezamento, inclusive em parcelas pertencentes ao domínio público municipal.

Foi inserido no Plano de Atividades uma ação destinada à "Limpezas de bermas, valetas, aquedutos e taludes de equipamentos municipais", como forma da contratação de serviços para manutenção da ecopista, caminhos pedestres, monumentos megalíticos e outros equipamentos municipais.

Canil Intermunicipal (CIROA)

Através da CIRA, estão a ser realizados os projetos para a execução de três centros de recolha animal, onde serão constituídas equipas especializadas na captura e tratamento dos animais errantes. Esses centros serão criados nos municípios de Ovar, Aveiro e Águeda, podendo, mais tarde, o município de Sever do Vouga recorrer aos seus serviços, como os demais municípios da região.

Transferências de Capital

As diversas rubricas para transferências de capital foram dotadas com mais euros 70 995, correspondendo a um aumento 34,21%. As despesas dotadas ascendem a euros 278 540.

A maior verba, no valor de euros 115 000, destina-se às transferências a realizar para as IPSS como já foi referido em Ação Social. Segue-se o valor de euros 70 000 para o projeto intermunicipal denominado "Instalação de Redes de Defesa da Floresta contra Incêndios", organizado com o Município de Albergaria-a-Velha, mais o valor de euros 35 000 para os apoios às freguesias e o valor de euros 30 000 para transferências destinadas a associações de municípios (CIRA).

Ativos financeiros

Neste quarto ano após a aprovação do FAM, foi mantida a dotação de euros 65 255, destinada ao pagamento das duas prestações que o município terá de transferir para o Fundo de Apoio Municipal, em junho e dezembro de 2018.

Passivos financeiros

Efetou-se uma redução de euros 145 000 na dotação desta rubrica, destinada ao pagamento das amortizações de empréstimos bancários, os quais na sua totalidade poderão ascender a euros 340 000.

3.3. Resumo de Investimentos previstos por Freguesias

Quadro 7 - Investimento estimados por freguesia em 2018, em euros

Freguesias	Investimentos
Cedrim e Paradela	81 475,00
Couto de Esteves	220 035,00
Pessegueiro do Vouga	40 030,00
Rocas do Vouga	52 015,00
Sever do Vouga	4 207 424,00
Silva Escura e Dornelas	40 020,00
Talhadas	15 035,00
Totais	4 656 034,00

3.4. Conclusões

Sabemos que a despesa não é suficiente para satisfazer as necessidades existentes, teremos que respeitar todas as regras impostas para o equilíbrio orçamental e da dívida.

O executivo só poderá assumir compromissos se existir dotação para cabimento e fundos disponíveis, os quais terão de ser determinados de acordo com as regras estabelecidas na Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de Fevereiro, Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e, Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho).

Notamos, através das opções e exigências dos autarcas que dirigem as freguesias, pedidos que obrigam a reformular os objetivos inicialmente previstos, quer em opções como em prioridades, provocando que os objetivos iniciais sejam mais difíceis de serem atingidos.

Contudo, estamos convictos que a maioria dos objetivos serão atingidos, porque se deu prioridade ao que era absolutamente necessário, por um lado, e, por outro, procedeu-se a uma inscrição prudente de projetos; encontram-se, também, elaboradas outras candidaturas em vias de serem aprovadas e não excluimos a possibilidade de obtermos mais recursos através deste mecanismo para a realização de projetos noutras áreas.

Por último, quanto à poupança corrente, como já foi referido, apresenta um valor aceitável e importante, porque resulta da afetação de recursos correntes (de funcionamento) para o investimento.

Seguidamente, apresentamos os mapas da despesa, com a desagregação pelas duas unidades orgânicas e pelas diversas rubricas da classificação económica, bem como, os demais mapas que constituem este documento.

4. Proposta

As dificuldades com que nos deparámos não podem ser um constrangimento de crescimento municipal, por isso é necessário manter o ritmo de desenvolvimento e a melhoria de qualidade de vida dos munícipes, progredindo sempre em cada setor da vida municipal, lançando mão de todos os meios ao alcance desta entidade, quer se trate do apoio comunitário, quer de contratos-programa, quer ainda do recurso ao crédito, dentro da capacidade de endividamento do município, ou finalmente, do aumento a curto prazo das receitas próprias do município (taxas e tarifas, pelos serviços prestados à comunidade), ou, também, através da racionalização de custos e no planeamento das ações e projetos.

Convém, também, fazer sentir, como se tem feito em anos anteriores, que o Orçamento e as GOP são meros instrumentos de previsão de execução das atividades que se pretendem levar a cabo, de arrecadação de receitas e realização de despesas, no que se tem de imprimir a eficácia desejada, para que não virem em instrumentos de estrangulamento da referida atividade, que se pretende expedita, pois é sabido que as receitas só têm a elasticidade que têm.

Dito isto, só nos resta solicitar dos Digníssimos Membros desta Assembleia Municipal que, com vista à concretização das Opções constantes do plano de atividades que ora submetemos à vossa apreciação seja concedida autorização para:

- Continuar a cobrança dos impostos municipais através dos competentes Serviços do Estado que por lei estão consignados ao Município, onde se encontram incluídos os já votados – Imposto Municipal sobre Imóveis e Derrama;
- Cobrança das taxas e licenças previstas na respetiva Tabela, bem como o tarifário pela prestação de serviços, sem prejuízo da atualização dos seus valores com efeitos a partir do início do próximo ano, bem como, a revisão de algumas taxas, cuja proposta será, oportunamente, apresentada à Assembleia Municipal para aprovação;
- Continuar a ser concedida despesa fiscal de acordo com o previsto no art.º 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e referente às isenções a conceder nos termos

dos regulamentos em vigor, em taxas e outras receitas municipais, até aos seguintes limites:

Áreas	Limite
Ação social e saúde	1 500,00
Proteção civil, cultura, desporto e tempos livres	4 000,00
Económica	1 000,00
Educação	1 000,00
Urbanismo	12 500,00
Totais	20 000,00

- Recurso aos Fundos Comunitários, da Administração Central e ao crédito, se necessário, através dos mecanismos legais e dentro dos limites estabelecidos, utilizando, sempre que possível, linhas de crédito especiais, sem prejuízo de, na altura própria, as decisões serem presentes ao órgão deliberativo;
- Considerando o disposto no n.º 6, do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, autorizar a repartição dos encargos relativos a obras e fornecimentos, aquisição de bens ou serviços que resultem do PPI aprovado, por mais que um ano, quando não seja possível, no período da sua validade, satisfazer pela totalidade os encargos contraídos por dificuldades de tesouraria, bem como outras situações previstas no aludido artigo 22º;
- Nos termos do previsto no artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, para efeitos do previsto no número 1 do artigo 6º da LCPA, prestar a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais previstos nas GOP;
- De igual modo, nos termos das mesmas disposições referidas no ponto anterior, prestar a autorização prévia para os compromissos plurianuais dos contratos vigentes, não evidenciados nas GOP e aqueles que serão celebrados em 2017;
- Autorizar a introdução nas GOP dos ajustamentos necessários, quer pela transferência de verbas disponíveis ou aprovadas em programas de financiamento externo, quer pela inclusão de obras novas ou ainda reforçar as inscritas, através das modificações orçamentais, desde que tais alterações não

alterem o valor global do orçamento e das GOP, exceto nas situações admitidas por lei;

- Finalmente, a aprovação das GOP, do Orçamento que lhe dá a necessária cobertura e o Regulamento Municipal para a Execução Orçamental que dará a necessária orientação para a sua execução.

No uso da competência dada através da alínea c), do número 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, elaboramos os documentos previsionais – Orçamento e GOP – para o ano económico de 2017, com vista a serem apreciados e votados pela Assembleia Municipal, nos termos da legislação em vigor.

O Órgão Executivo,